

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas aos exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2016 da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. O patrimônio líquido atingiu R\$ 5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016, líquidos da distribuição de R\$ 4,1 bilhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2016. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 4,7 bilhões. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais agradece aos seus acionistas e funcionários pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.
(Em milhares de reais)

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| ATIVO | 17.415 | 17.380 |
| CIRCULANTE | 17.415 | 17.380 |
| Disponível | 407 | 125 |
| Caixa e Bancos | 407 | 125 |
| Aplicações | 16.757 | 17.102 |
| Títulos de Renda Fixa - Privados | 46 | 41 |
| Títulos de Renda Fixa - Públicos | 2.235 | 1.962 |
| Quotas de Fundos de Investimentos | 14.476 | 15.099 |
| Outros Créditos Operacionais | 143 | 139 |
| Títulos e Créditos a Receber | 108 | 11 |
| Títulos e Créditos a Receber | 103 | – |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 5 | 11 |
| Despesas Antecipadas Administrativas | – | 3 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 2.581 | 2.162 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 2.494 | 2.086 |
| Títulos e Créditos a Receber | 2.494 | 2.086 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 222 | 215 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 2.272 | 1.871 |
| Investimentos | 36 | 36 |
| Participações Societárias | 36 | 36 |
| Imobilizado | 27 | 24 |
| Bens Móveis | 16 | 14 |
| Outras Imobilizações | 11 | 10 |
| Intangível | 24 | 16 |
| Outros Intangíveis | 24 | 16 |
| TOTAL DO ATIVO | 19.996 | 19.542 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| PASSIVO | 12.392 | 8.566 |
| CIRCULANTE | 12.392 | 8.566 |
| Contas a Pagar | 248 | 100 |
| Obrigações a Pagar | 237 | 88 |
| Impostos e Encargos Sociais a Recolher | 4 | – |
| Impostos e Contribuições | 7 | 12 |
| Débitos de Operações com Seguros e Resseguros | 50 | 40 |
| Outros Débitos Operacionais | 50 | 40 |
| Provisões Técnicas - Seguros | 12.094 | 8.423 |
| Pessoas | 12.094 | 8.423 |
| Provisões Técnicas - Previdência Complementar | – | 3 |
| NÃO CIRCULANTE | 2.150 | 1.768 |
| Contas a Pagar | 2.150 | 1.768 |
| Outras Contas a Pagar | 2.150 | 1.768 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 5.454 | 9.208 |
| Capital Social | 4.699 | 4.699 |
| Reservas de Capital | 16 | 16 |
| Reservas de Lucros | 739 | 4.493 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 19.996 | 19.542 |

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA 2016 E 2015.
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|--------------|
| Prêmios Emitidos | 6.810 | 6.710 |
| Varição das Provisões Técnicas de Prêmios | (48) | (9) |
| Prêmios Ganhos | 6.762 | 6.701 |
| Receita com Emissão de Apólices | 403 | 390 |
| Sinistros Ocorridos | Nota 15 (5.796) | (5.809) |
| Custos de Aquisição | Nota 15 (95) | (95) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | Nota 15 (212) | (492) |
| RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS | 1.062 | 695 |
| Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder | 3 | – |
| Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL | 3 | – |
| RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA | 3 | – |
| Despesas Administrativas | Nota 15 (560) | (566) |
| Despesas com Tributos | Nota 15 (565) | (576) |
| Resultado Financeiro | Nota 15 948 | 1.160 |
| Resultado Patrimonial | 1 | 1 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 889 | 714 |
| Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes | (1) | (3) |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | 888 | 711 |
| Imposto de Renda | Nota 16 (199) | (1) |
| Contribuição Social | Nota 16 (251) | (89) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 438 | 621 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | – | – |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 438 | 621 |
| Quantidade de Ações | 3.316.721 | 3.316.721 |
| Lucro Líquido por Ação - R\$ | 0,13 | 0,19 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

'DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015.
(Em milhares de reais)

| | Reservas de Capital | | Reservas de Lucros | | | | |
|---|---------------------|--|----------------------------|---------------|---------------------|-------------------|--------------|
| | Capital Social | Reserva de Ágio na Subscrição de Ações | Outras Reservas de Capital | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Lucros Acumulados | Total |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | 4.699 | 1 | 15 | 374 | 3.498 | – | 8.587 |
| Destinação do Lucro Líquido: | – | – | – | – | – | 621 | 621 |
| Lucro líquido do Exercício | – | – | – | 31 | – | (31) | – |
| Constituição de Reserva Legal | – | – | – | – | 590 | (590) | – |
| Constituição de Reserva Estatutária | – | – | – | – | – | – | – |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 4.699 | 1 | 15 | 405 | 4.088 | – | 9.208 |
| Dividendos pagos declarados AGO de 31/03/2016 | – | – | – | – | (4.088) | – | (4.088) |
| Destinação do Lucro Líquido: | – | – | – | – | – | 438 | 438 |
| Lucro líquido do Exercício | – | – | – | – | – | (22) | – |
| Constituição de Reserva Legal | – | – | – | 22 | – | (22) | – |
| Constituição de Reserva Estatutária | – | – | – | – | 312 | (312) | – |
| Dividendos Estatutários | – | – | – | – | – | (104) | (104) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 4.699 | 1 | 15 | 427 | 312 | – | 5.454 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, autorizada a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializa seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2016 e 2015. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Icatu Assessoria Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/15, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") alterada pela Resolução nº 343/16 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2017.**2.2 Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar, tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico.**2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.**2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c); • Provisões Técnicas (notas 3.5 e 8); • Aplicações Financeiras (nota 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (nota 6) e • Provisões Judiciais (notas 3.6 e 10.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações:**3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. **b) Instrumentos Financeiros não derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e (II) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos, não havendo registro de empréstimo. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** (I) Ativos Financeiros – Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

3.2 Investimentos: A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente refere-se à Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., e está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial está apresentado na Demonstração do Resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial".**3.3 Imobilizado:** Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na Demonstração do Resultado. **3.4 Intangível:** Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. **3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder na proporção do percentual de participação da Companhia. Competem à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/16). Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração

e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 10). **3.7 Impostos e Contribuições: 3.7.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. **3.7.2 Impostos Diferidos:** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos/débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **3.8 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 – Contratos de Seguro". **3.9 Norma emitida e ainda não adotada:** Em dezembro de 2016 a SUSEP emitiu a Circular nº 544/16, produzindo alterações à Circular SUSEP 517/15. A seguir estão resumidamente descritas as principais mudanças trazidas por essa nova norma: - Plano de contas: Inclui subcontas no plano de contas constante no Anexo X da Circular SUSEP nº 517/15; - Créditos tributários: institui o desconhecimento de créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando não forem atendidos os requisitos estabelecidos nessa Circular. Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia avaliou os impactos desta norma e concluiu que não há efeitos relevantes.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, cujo reporte será à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais Controles Internos, Controle de Investimentos e Atuarial, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas, bem como do atendimento aos requisitos legais dispostos na supracitada Circular.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos: A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo "Internal Control – Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO"). **4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros: 4.3.1.1 Risco de Crédito** – Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 2.235 (R\$ 1.962 em 2015). O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2, conforme definido na nota 5.1, com exceção das quotas de fundos de investimentos não exclusivos, está alocado na data-base no rating AA- em R\$ 46 (R\$ 41 em 31/12/2015) no rating AAA de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

4.3.1.2 Risco de Mercado – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01

| Fatores de Riscos (Em Reais) | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|------------------------------|-------------|-------------|---------------|-------------|--------------|---------------|
| | DV-01 | VAR | Exposição | DV-01 | VAR | Exposição |
| Pré-fixado - DI | 0,02 | 0,28 | 16.752 | 0,90 | 8,92 | 16.915 |
| IPCA | 0,01 | 0,05 | 5 | – | 1,09 | 187 |
| Total | 0,30 | 0,25 | 16.757 | 0,90 | 10,01 | 17.102 |

4.3.1.3 Risco de Liquidez – No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------|-------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | 438 | 621 |
| Lucro Líquido do Exercício | 438 | 621 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 10 | (5) |
| Perda (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos | – | 3 |
| Outros Ajustes | 64 | – |
| Varição nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | 344 | (2.287) |
| Créditos fiscais e previdenciários | (2) | (192) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (401) | (226) |
| Despesas antecipadas | 4 | (3) |
| Outros ativos | (117) | 23 |
| Impostos e contribuições | 321 | 251 |
| Outras contas a pagar | 426 | 243 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 10 | 14 |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 3.672 | 1.724 |
| Provisões técnicas - previdência complementar | (3) | (2) |
| Caixa Gerado pelas Operações | 4.766 | 164 |
| Impostos sobre o lucro pagos | (386) | (248) |
| Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais | 4.380 | (84) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimento pela venda: | | |
| Investimentos | – | 90 |
| Imobilizado e Intangível | – | 14 |
| Pagamento pela compra: | | |
| Imobilizado e Intangível | (10) | – |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento | (10) | 104 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | (4.088) | – |
| Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento | (4.088) | – |
| Aumento Líquido de caixa no exercício | 282 | 20 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 125 | 105 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 407 | 125 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Principais Ativos / Passivos Financeiros e seguros | 31/12/2016 | | | |
|--|-----------------------------|--------------|------------|-----------------|
| | Até 3 Meses ou S/Vencimento | 6 a 12 Meses | 1 a 3 Anos | Acima de 3 Anos |
| Ativos Financeiros | 17.303 | 46 | 211 | 2.024 |
| Caixa e Bancos | 407 | – | – | – |
| Aplicações | 14.476 | 46 | 211 | 2.024 |
| Créditos das Operações | 143 | – | – | – |
| Títulos e Créditos a Receber | 2.277 | – | – | – |
| Passivos Financeiros | 14.438 | – | – | 14.438 |
| | | | | |

5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria:

| Valor Justo por meio do Resultado | |
|-----------------------------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2014 | 14.815 |
| Aplicações | 3.383 |
| Resgates | (3.100) |
| Rentabilidade | 2.004 |
| Saldo em 31/12/2015 | 17.102 |
| Aplicações | 4.915 |
| Resgates | (7.481) |
| Rentabilidade | 2.221 |
| Saldo em 31/12/2016 | 16.757 |

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A rubrica "Créditos Tributários" no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 5 (R\$ 11 em 31/12/2015). Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. Em razão das ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado torna-se inviável uma projeção de prazo para realização

| SEGUROS- CIRCULANTE | 31/12/2014 | Juros | Consti- tuição | Reversão | 31/12/2015 | Juros | Consti- tuição | Reversão | 31/12/2016 |
|--|-------------------|--------------|---------------------------|-----------------|-------------------|--------------|---------------------------|-----------------|-------------------|
| Sinistros a liquidar administrativo | 858 | 88 | 102 | (460) | 588 | 67 | 38 | (239) | 454 |
| Sinistros a liquidar judicial | 2.406 | 292 | 156 | (433) | 2.421 | 406 | 772 | (1.624) | 1.975 |
| Total | 3.264 | 380 | 258 | (893) | 3.009 | 473 | 810 | (1.863) | 2.429 |
| Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados | 3.355 | 575 | 1.534 | (112) | 5.352 | 971 | 3.409 | (160) | 9.572 |
| Provisão para Despesas Relacionadas | 80 | 11 | 57 | (86) | 62 | 12 | 46 | (27) | 93 |
| Total | 6.699 | 966 | 1.849 | (1.091) | 8.423 | 1.456 | 4.265 | (2.050) | 12.094 |
| PREVIDÊNCIA- CIRCULANTE | 31/12/2014 | Juros | Consti- tuição | Reversão | 31/12/2015 | Juros | Consti- tuição | Reversão | 31/12/2016 |
| Resgates e Outros Valores a Regularizar | 5 | - | - | (2) | 3 | - | - | (3) | - |
| Total | 5 | - | - | (2) | 3 | - | - | (3) | - |

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---------------|---------------|
| Provisões Técnicas - Seguros e Previdência | 12.094 | 8.426 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 3 |
| Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos | 12.094 | 8.423 |
| Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas | 12.094 | 8.426 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 2.235 | 1.959 |
| Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB | 46 | 41 |
| Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos | 2.382 | 6.676 |
| Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas | 4.663 | 8.676 |
| Total de Aplicações | 16.757 | 17.102 |

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

10.1 Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que

se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis. Em causas fiscais, existem 4 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 2.355 (R\$ 2.095 em 31/12/2015). Em causas cíveis, existem 8 processos, sendo 7 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 227 (R\$ 191 em 31/12/2015) e 1 processo com probabilidade remota sem valor estimado do risco. **10.2 Obrigações Fiscais:** As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar", são compostas como segue:

| | 31/12/2014 | Adições | Atuali- zação | 31/12/2015 | Adições | Atuali- zação | 31/12/2016 |
|---------------------|--------------|-----------|------------------|--------------|------------|------------------|--------------|
| Contribuição Social | 566 | 49 | 57 | 672 | 101 | 70 | 843 |
| COFINS | 746 | 15 | 70 | 831 | 91 | 81 | 1.003 |
| PIS | 241 | 2 | 22 | 265 | 15 | 24 | 304 |
| Total | 1.553 | 66 | 149 | 1.768 | 207 | 175 | 2.150 |

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

| TESE | Probabilidade de Perda | Fase Processual | Depósito Judicial | | Provisão | |
|--|------------------------|--|--|--|--|--|
| | | | Valor atualizado em 31/12/2016 | Valor atualizado em 31/12/2015 | Valor atualizado em 31/12/2016 | Valor atualizado em 31/12/2015 |
| CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015. | Possível | Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância. | R\$ 879 | R\$ 704 | R\$ 843 | R\$ 672 |
| PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014. | Possível | Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância. | R\$ 1.234, sendo R\$ 1.056 COFINS, e R\$ 178 PIS | R\$ 1.020, sendo R\$ 879 COFINS, e R\$ 141 PIS | R\$ 1.167, sendo R\$ 1.003 COFINS, e R\$ 164 PIS | R\$ 966, sendo R\$ 831 COFINS, e R\$ 135 PIS |
| PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. | Provável | Aguardando decisão do STF. | R\$ 159 | R\$ 147 | R\$ 140 | R\$ 130 |

10.3 Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações

Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|----------------|-----------------|
| Patrimônio Líquido | 5.454 | 9.208 |
| Ajustes contábeis | (60) | (55) |
| Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional | (36) | (36) |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro | - | (3) |
| Ativos Intangíveis | (24) | (16) |
| Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) | 5.394 | 9.153 |
| Capital Base (CB) | 4.000 | 4.000 |
| Capital de Risco de Crédito | 182 | 352 |
| Capital de Risco de Mercado | 12 | - |
| Capital de Risco - Redução por correlação | (9) | - |
| Capital de Risco - Operacional | 50 | 45 |
| Capital de Risco (CR) | 235 | 397 |
| Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR)) | 4.000 | 4.000 |
| Suficiência | 1.394 | 5.153 |
| Razão PLA/CMR | 1,37 | 2,29 |
| Ativos Líquidos | 2.235 | 8.676 |
| Índice de Liquidez em relação ao CR % | 951,15% | 2185,39% |

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social: O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 é R\$ 4.699 representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas. **11.2 Reservas de Capital:** A Reserva de Capital em 31/12/2016 e 31/12/2015 é composta por R\$ 15 de Subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07 e R\$ 1 de Reserva de ágio na subscrição de ações.

11.3 Reservas de Lucros: As Reservas de Lucros de R\$ 843 (R\$ 4.493 em 31/12/2015) são compostas por: Reserva legal de R\$ 427 (R\$ 405 em 31/12/2015) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 416 (R\$ 4.088 em 31/12/2015) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.088 com recursos da Reserva Estatutária.

11.4 Destinação de Resultados: No exercício findo em 31/12/2016, a Companhia apurou lucro de R\$ 438, cuja destinação proposta foi de R\$ 312 para constituição de Reserva Estatutária, R\$ 22 para constituição de Reserva Legal e R\$ 104 para constituição de Dividendos Propostos. **11.5 Dividendos:** De acordo com estatuto social da Companhia, são assegurados aos acionistas, dividendos mínimos equivalentes a 25% da Reserva Estatutária, ajustado conforme legislação vigente.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------|-------------|
| Ativo | 245 | 139 |
| Contas a Receber | 143 | 139 |
| Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b] | 89 | - |
| Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a] | 3 | - |
| Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a] | 8 | - |
| Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a] | 2 | - |
| Passivo | (50) | (47) |
| Contas a Pagar | - | (7) |
| Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a] | - | - |
| Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b] | (50) | (40) |
| Total (Ativos - Passivos) | 195 | 92 |
| Despesas | (17) | (20) |
| Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a] | - | - |
| Recuperação de Despesas | 230 | - |
| Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a] | 197 | - |
| Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a] | 10 | - |
| Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a] | 18 | - |
| Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a] | 5 | - |
| Total (Receitas - Despesas) | 213 | (20) |

DIRETORIA

Diretor Presidente: Luciano Snel Corrêa

Diretores: José Fiel Faria Loureiro - Mário José Gonzaga Petrelli - Alexandre Petrone Vilardi - Cesar Luiz Salazar Saut

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0

a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; b) O saldo referente à Seguradora Líder originase da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar"; c) Dividendos a pagar a Icatu Seguros S/A..

14. SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

| | 31/12/2016 | | |
|-------|-------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Ramo | Prêmios Ganhos | Índice de Sinistralidade | Índice de Comissionamento |
| DPVAT | 6.762 | 85,7% | 1,4% |

| | 31/12/2015 | | |
|-------|-------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Ramo | Prêmios Ganhos | Índice de Sinistralidade | Índice de Comissionamento |
| DPVAT | 6.701 | 86,7% | 1,4% |

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------|------------|
|--|------------|------------|

Sinistros Ocorridos (5.796) (5.809)

Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos (2.692) (3.877)

Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (1.931) (560)

Despesas com Sinistros (1.173) (1.372)

Custo de Aquisição (95) (95)

Comissões - DPVAT (95) (95)

Outras Receitas e Despesas Operacionais (212) (492)

Despesas com Cobrança DPVAT (382) (370)

Outras Despesas Operacionais - Consórcio DPVAT 170 (122)

Despesas Administrativas (560) (566)

Pessoal Próprio (18) (12)

Serviços de Terceiros (106) (85)

Localização e Funcionamento (48) (49)

Convênio DPVAT (322) (322)

Outras Despesas Administrativas (66) (98)

Despesas com Tributos (565) (576)

Impostos - (89)

COFINS (362) (282)

PIS (70) (56)

Taxa de Fiscalização (127) (143)

Outros (6) (6)

Resultado Financeiro 948 1.160

Receitas Financeiras 2.461 2.219

Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos 487 803

Títulos de Renda Fixa - Privados 5 5

Títulos de Renda Fixa - Públicos 273 230

Convênio DPVAT 1.504 1.015

Outras Receitas Financeiras 192 166

Despesas Financeiras (1.513) (1.059)

Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas -

Seguros (1.455) (966)

Outras Despesas Financeiras (58) (93)

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

| | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|--|------------|------|------------|------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |

Resultado antes dos Impostos e Participações 888 888 711 711

Resultado antes dos Impostos 888 888 711 711

Adições 222 222 120 120

Doações e Patrocínios

Indedutíveis 11 11 11 11

Tributos e Contribuições com

Exigibilidade Suspensa 211 211 109 109

Exclusões (194) (194) (166) (166)

Tributos e Contribuições em

Quest. Judicial (193) (193) (165) (165)

Dividendos Recebidos (1) (1) (1) (1)

Resultado Ajustado 916 916 665 665

Lucro após